

Luciano Martins

Maria da Conceição Tavares: O primeiro presidente do BNDE foi o Ari Torres, não há a menor dúvida. Ele foi o presidente da fundação, em julho de 1952 e ficou até junho de 1953. Depois assumiu o Válder Lima Sarmanho, que não terá muita importância na história do Banco. Aí vem o Maciel, penso que interinamente, quando o Roberto Campos já era superintendente. Ele saiu ainda no governo do Getúlio. Depois dele, assumiu o Glycon de Paiva Teixeira, de março de 1955 a fevereiro de 1956. O Campos, no finalzinho do mandato, brigou com o velho.

Luciano Martins: Qual velho?

MCT: O velho Vargas. O suicídio foi em agosto de 1954 e o Campos saiu antes, ali por março, quando se desentendeu. Não sei se brigou porque já sentia o clima, pois o Campos sempre foi esperto, apesar de ele afirmar que saiu por causa do câmbio. Logo, em 1955, ele voltou e ficou na Superintendência até 1958.

LM: Quer dizer, também no período Juscelino o Campos lá estava?

MCT: Claro! Ele fez as Metas.

LM: O Campos participou das Metas?

MCT: Ele saiu depois do Lucas Lopes se demitir da Presidência do BNDE, em junho de 1958. O Lucas Lopes saiu porque o Juscelino resolveu fazer Brasília e rompeu com o Fundo Monetário Internacional, ostensivamente. JK mandou às favas o plano de estabilização do Lucas Lopes, com o qual o Campos concordava, e então acabam saindo os dois, sendo que o Campos ficou na Presidência do BNDE até julho de 1959. Aí quem assumiu foi o Lucio Meira, que é o pai da indústria automobilística, que, diga-se de passagem, não estava nos planos do Campos. Então o Lucio foi presidente do Banco até o Jânio Quadros assumir e, como

sabemos, sua renúncia foi uma catástrofe. O Jânio pôs no Banco o José Vicente de Faria Lima e depois o Leocádio de Almeida Antunes. Houve muita mudança no BNDE desde a sua origem, sem dúvida, mas cheguei à conclusão de que o Banco tem dois períodos nobres, com recursos garantidos, e não dependendo do ministro da Fazenda: o período do início, com o adicional do imposto de renda, que também esteve garantido nos cinco anos do governo JK; e o período em que passou a receber os recursos do PIS-Pasep, que ampliou significativamente os recursos do Banco. Quem criou o PIS-Pasep foi o Delfim Netto, mas os recursos do PIS ficaram para a Caixa Econômica Federal e os do Pasep para o Banco do Brasil, e só depois, em 1974, foram repassados ao Banco. O Delfim não gostava do Banco. Na verdade, também o Campos, no período da ditadura, se pudesse, teria acabado com o Banco, mas já havia ali uma burocracia instalada e ele percebeu que não daria. Penso que ele e o Delfim Netto queriam que o BNDE fosse uma correia de repasse de recursos para o sistema bancário privado. O segundo período nobre a que me refiro foi o do Marcos Vianna, que organizou o Banco, fazendo a reforma administrativa. Quando o Geisel o convidou para continuar, ele disse que não poderia porque não tinha recursos e sugeriu que o presidente fizesse um decreto-lei repassando recursos do PIS-Pasep para o Banco. Na verdade, o João Paulo dos Reis Velloso era o ministro do Planejamento e de certa forma o protegia, e assim ele ficou à frente do BNDE.

LM: Desculpe, protegia quem?

MCT: O Marcos Vianna, que ficou nove anos, de 1970 a 1979, e foi o presidente mais duradouro do BNDE. A dupla Campos-Bulhões queria que o Banco funcionasse com os recursos do orçamento, já imaginou? O Campos, ademais, estava com a ideia da reforma bancária, que, aliás, foi feita por ele no tempo da ditadura tendo como assessor o Bulhões Pedreira. A reforma foi uma cópia dos americanos de forma a segmentar o sistema. Ele achava que os bancos de investimentos privados iam cumprir o papel que o BNDE cumpria. Só que não foi isso o que aconteceu. O banco de investimentos que ele criou, com recursos japoneses - um banco multinacional, imagine, quebrou. Os fundos que você cita em seu trabalho são do tempo do Campos e do Delfim, não são do tempo do Marcos Vianna. Este criou as subsidiárias, que são sociedades de participação no capital das empresas.

LM: A BNDESPAR.

MCT: A BNDESPAR vem depois, em 1982, fundindo todas. Em 1974 foram criadas a Fibase, que era para insumos básicos, tinha a Embramec, que era para

indústria pesada, e a Ibrasa, voltada para o mercado de capitais. O fato de o Banco ter ficado subordinado por longo período ao Ministério da Fazenda durante o regime militar dava na mesma, faz parte da história do BNDE. Até porque, na época do JK o primeiro ministro da Fazenda era o José Maria Alkmin, um mineiro que fazia praticamente o que o Presidente queria.

LM: Quando a gente acabar, eu conto uma entrevista que fiz com Juscelino, em Nova York, sobre o Plano de Metas.

MCT: Ah, então conte logo, que fica registrado.

LM: Ele não tinha muita noção das coisas, ou tinha uma visão simplificada. Ele me contou sobre Brasília, e disse: “Interessante, eu estava fazendo um comício no interior de Goiás, quando era candidato ainda, e alguém me perguntou se era verdade que eu ia mudar a capital para aquele estado. Eu disse que estava pensando nisso. Aí vim para o Rio de Janeiro, tive uma entrevista coletiva na ABI e fiquei perplexo que todo mundo só perguntava sobre isso. E percebi que era uma coisa importante.” E eu perguntei sobre a indústria automobilística e ele disse: “Bem, mudando a capital para lá tinha que ter estrada, tinha que ter carro”.

MCT: Não me diga...

LM: Não estou brincando! Ele me disse isso, a conversa demorou cinco horas.

MCT: Ele era um gozador! Tem algo sobre isso no livro do Campos e em outros. Ele foi a Paris, e na volta fez um comício em Minas, e o pessoal reivindicando, pois São Paulo estava levando tudo e os mineiros alegavam que estavam com pouca coisa. JK disse: “Acabei de vir da França e combinei com eles, a Simca vem para cá, embora as outras estejam em São Paulo”. E a Simca veio, mas foi para São Paulo! Na verdade JK não mandava nessa gente, e ninguém mandava na indústria automobilística.

LM: Fui conversar com ele, na verdade, sobre as metas. Houve uma tempestade de neve em Nova Iorque e fiquei preso na casa do Juscelino. A conversa foi até as cinco horas da manhã.

MCT: A meta da indústria automobilística já estava posta no Vargas, e continuou... Mas era mais focada no caminhão. Tinha a Mercedes. O Sydney Latini lembra-se de tudo, ao contrário de nós. Como ele escreveu um livro¹ sobre o assunto, está tudo muito fresco. O Lucio Meira no tempo do Vargas já era o presidente da comissão

¹ LATINI, Sydney Alberto – *A Implantação da Indústria Automobilística no Brasil – Da Substituição de Importações Ativa à Globalização Passiva* – Editora Alaúde, SP, 2007.

de caminhões. Já havia os ‘Fenemês’ nas estradas do Brasil. JK prometeu o automóvel para os mineiros, mas Brasília não era uma meta, tanto assim que ele a chamou de metassíntese, malandro que era. Nem o Lucas Lopes e nem o Campos eram a favor, pois pregavam a estabilização, mas dizer que Brasília foi responsável pela inflação é uma maluquice. A inflação, para variar, foi decorrente do balanço de pagamentos, do câmbio. Além disso, teve a pressão sobre o preço do café, em 1959, com a famosa marcha do café. Eu assisti. Estava no Banco e fui assistir na Escola Superior de Guerra. Foi para pressionar o governo a dar de volta ao pessoal do café o subsídio cambial, mormente depois de o preço do café ter caído. Ele deu. Já tinha havido um aumento do preço do café com a Guerra da Coreia, lembra? Depois o preço caiu.

LM: É interessante pensar que a Ford se recusou a vir para o Brasil alegando que em um país tropical os motores fundiam.

MCT: E o Latini convenceu – e isso é importante – uma empresa brasileira a fazer os primeiros motores aqui. As autopeças eram nacionais e havia outras coisas caras para se importar. O que podia ser produzido aqui era o motor, era fundir o bloco do motor. Então eles deram subsídio a essa empresa, que fundiu o primeiro bloco do motor, ainda no governo JK. O que foi importante foi a nacionalização, pois havia um gigantesco grau de dependência da importação, mas não apenas de automóvel. A Volkswagen não veio aqui para fazer Volkswagen pequeno, veio para fazer a Kombi, seu veículo automotor mais antigo e que dura até hoje. O Fusquinha se foi e a Kombi ainda está aí.

LM: Uma história extremamente interessante – eu fiz um estudo de caso sobre isso – é a dos Romi.

MCT: Essa foi a primeira entrevista que eu fiz com um empresário. Foi com o velho Romi, o Comendador Américo Emilio Romi, que fabricou a Romisetta.

LM: A fábrica é em Santa Bárbara d’Oeste. Eles são uns geniozinhos, porque ninguém é formado em nada. Inventaram aquele carrinho, e quando fui lá, a Alemanha pagava *royalties* a eles. Eram dois irmãos, mas nunca mais ouvi falar. Será que faliram?

MCT: Não sei, tem que ver, pois não é impossível, porque da grande indústria de bens de capital por encomenda, todas praticamente faliram, ou foram vendidas. Isso a gente deve ao doutor Fernando Henrique, à política dele na década de 1990. Retomando, no seu segundo livro ², não na sua tese, Luciano, você fala de muita coisa,

² MARTINS, Luciano – *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós 64* – Editora Paz e Terra, RJ, 1985.

mas não dos desdobramentos que houve. Você não acompanhou com atenção a gestão do Marcos Vianna no BNDE. Também tem toda a equipe da velha guarda que entrou em 1955. Isto é outro detalhe importante, porque o Campos, no governo Café Filho, abriu um concurso público para todas as funções do Banco: economistas, advogados, engenheiros, estatísticos, técnicos. E os que passaram em primeiro lugar, como o Juvenal Osório Gomes, o Saturnino Braga, o Ignacio Rangel, foram tachados de comunistas. Entretanto, o Campos disse à área de segurança que iria nomeá-los, independentemente de atestado ideológico. Na verdade, o Campos não estava preocupado com os ‘milicos’, ele era ele mesmo. E esses sujeitos foram simplesmente os que no Banco implantaram a ideologia nacionalista. O Campos, apesar de não ser nacionalista, foi quem pôs esses caras no BNDE. E é a isso que você se refere quando diz existir uma tecnocracia concursada,³ de mérito, que pretende manter a autonomia do Banco, e se houver inimigo externo eles se juntam. Isso é que é divertido. O Campos fez duas coisas inauditas. Uma, montou o grupo Cepal-BNDE, e eu entrei quando o Osvaldo Sunkel dirigia o grupo. Fiz o curso em 1960, tirei primeiro lugar e ele me convidou para trabalhar lá. Depois veio o Aníbal Pinto, e quando ele foi embora não mandaram mais ninguém. No momento do golpe, o Aníbal já estava aqui há uns quatro anos e disse que não ia ficar, que já estava muito velho para isso. Ele estava furioso com o Jango, pois achava que ele não estava à altura da situação, e nos tranquilizava, a mim e ao Antonio Barros de Castro e ao Carlos Lessa, dizendo: “tenho pena da América Latina”, mas garantia que aquilo iria durar pouco. Era o que todos diziam. Em suma, o Campos fez essa coisa de respeitar a tecnocracia: “Não quero influência política, isto é para ser um órgão técnico”.

LM: Ele retoma na realidade a construção do Estado, da burocracia do Estado começada pelo Getúlio no Estado Novo.

MCT: Sim senhor! O que me irrita é isto, ele era um getulista implícito e trouxe para assessorar o Banco um grupo do Itamaraty, porque queria que o Banco fosse tudo, inclusive que substituísse a Cacex e fizesse relações internacionais. Deu ao Banco uma estatura que ele não teria. Ele assumiu, mas aí o Horácio Lafer elaborou o plano de estabilização, que faz do governo Vargas um governo ambíguo, porque apesar de ser nacional-desenvolvimentista, teve que fazer no final um plano de estabilização.

³ Para aprofundamento da questão, recomendamos consultar MARTINS, Luciano – *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós 64* – Editora Paz e Terra, RJ, 1985, pp: 83 a 124 e pp: 193 a 208.

LM: Mas o Lafer fez uma revolução, uma guinada em relação ao Roberto Simonsen, por exemplo. Porque o Horácio Lafer é o segundo grande líder do empresariado paulista.

MCT: Exato. Vem como tal e depois dá uma trombada com o plano de estabilização. Aí, quando dá essa trombada, o Campos está com ele e o Vargas não.

LM: Onde é que entra a Fundação Getúlio Vargas nessa história?

MCT: A Fundação, nessa altura, se agrupava em torno do Eugenio Gudín, que dirigia uma parte da economia, e em torno do Octavio Bulhões. O seu presidente era o velho fundador do Dasp, o Simões Lopes. Aliás, foi com ele que o Raúl Prebisch falou, porque ambos faziam apologia do Banco Central.

LM: O Simões Lopes inventou uma série de regras para a burocracia e mandou para todos os ministros. O Oswaldo Aranha se recusou a cumprir e deu um papel para o Simões Lopes, dizendo: “vá à m...”. O Simões Lopes ficou muito constrangido e levou o caso ao Getúlio dizendo: “Estou querendo arrumar essa coisa do aparelho de Estado, mandei para o Oswaldo e ele me enviou um despacho que não tenho coragem de mostrar, queria saber o que faço”. Getúlio leu e disse: “É simples, não cumpra o despacho”.

MCT: Era outro mundo! Em todos os aspectos, a começar pelo do câmbio. O que tínhamos antes? Um câmbio fixo, indicado em 1947 pelo Fundo Monetário. Eram 17 cruzeiros por dólar, com uma inflação, que não era galopante, mas já andava na casa dos 10% ao ano... E o Lafer estava pouco ligando, porque importava tudo. O que eu quero saber é o que houve de desavença entre o Lafer e o Vargas, porque o Lafer era representante dos paulistas.

LM: Pergunte ao Celso Lafer, sobrinho dele. Fez uma tese que é um endeusamento do tio. Eu li, estava ao mesmo tempo fazendo a minha, e nós discordávamos.

MCT: Ele não diz muita coisa. Não tem distanciamento crítico, e intelectual sem distanciamento crítico fica difícil. Tem também aquela coisa dos mineiros *versus* paulistas, e isso atravessa toda a história da República.

LM: Mas não havia paulistas no Banco, não é mesmo? Fiz um estudo de caso sobre o Banespa. Quando houve a crise de 1929, por exemplo, todos os fazendeiros de café que estavam pendurados no Banespa tiveram que entregar as fazendas. O Banespa começou a administrar e depois devolveu. Eram, se não me engano, 25 fazendas que o Banespa administrou.

MCT: São Paulo tinha dois bancos: o Banespa, propriamente, e sempre teve uma carteira do Banco do Brasil. O Ricardo Jaffet também era homem deles. O

Vargas e entregou tudo para São Paulo, o Banco do Brasil para o Jaffet e o Ministério da Fazenda para o Lafer. Os demais, obviamente, protestaram, a começar pelos gaúchos. E depois o JK teve três mineiros na Fazenda: o José Maria Alkmin, o Lucas Lopes e, enfim, o Sebastião Paes de Almeida. Presidente que se preza não entrega o destino da República a São Paulo, porque se entregar está ferrado, entendeu? Aliás, Vargas também se atrapalhou ao pôr um gaúcho, pois deu no que deu.

A presença do Campos no Banco tem que ser analisada. Primeiro ele convidou o Celso Furtado, em 1953, para dirigir o grupo misto Cepal-BNDE. Era, portanto, a turma nacionalista, mas, ao mesmo tempo, tinha também a banda cosmopolita, e é claro que às vezes as duas bandas se chocavam. E aí o Campos, que era muito vivo, tomava distância e arbitrava. Isso era uma das características dele. O Campos supunha sempre que tinha dois diretores, um de cada banda. Por isso é que nem o Ewaldo Correia Lima, nem o Cleantho de Paiva Leite, nem o Celso Furtado dizem mal dele, como executivo, como gestor do Banco. Outra coisa importante é o adicional do imposto de renda, que seria a origem dos recursos do Banco e também foi o Campos que construiu a equipe tecnocrática do BNDE, pois eram funcionários de carreira que só saíram ao se aposentar. Mas uma coisa é óbvia: quando veio o golpe de Estado, o pessoal viu que a coisa ficou feia e grande parte foi servir em outro lugar. Por exemplo, o Juvenal Osório Gomes foi para a Cacex e outro foi para a Telefônica. Toda a velha guarda, que vinha de longo tempo, saiu ao ver o que se tornara o segundo Campos, o da ditadura. Creio que estava a fim de perseguir o Banco, e o espírito nacionalista do BNDE se esvaiu. E aí você concluiu que eles tinham ficado liberais, mas não foi isso. O Campos, sim, tinha ficado liberal. O Campos já não estava mais no Banco, mas indicou o José Garrido Torres,⁴ que vinha da Sumoc, e ao chegar lá entendeu que não era bem assim. O Banco tinha o maior apoio da classe produtora paulista e mineira. Como ele seria doido de acabar com um banco que era a menina dos olhos da burguesia dita nacional, mineira e paulista? Ele não fez nenhuma política favorável a nenhuma classe produtora, é verdade e agiu sempre como um tecnocrata. A ideia dele era que o BNDE já tinha cumprido o seu papel, e o que faltava eram o mercado de capitais e o sistema financeiro privado. Mas como os bancos privados nacionais não estavam a fim de financiar indústria nenhuma, como ninguém queria brincar

⁴ Luciano Martins, em *Estado Capitalista e Burocracia no Brasil Pós 64* (Editora Paz e Terra, RJ, 1985, p:92) faz menção a esse episódio.

com capital de risco, a indústria privada ficava sem pai nem mãe... Isso, logo o outro percebeu.

LM: O outro, quem?

MCT: O Garrido, presidente do Banco, que vinha da Sumoc e sabia muito bem como estava o sistema bancário. A reforma do governo ainda estava em esboço, e só saiu em 1967. Depois morreu o Castelo Branco e o Campos resolveu fazer o tal banco de investimento privado internacional, com cerca de 100 milhões de dólares dos japoneses, 100 milhões dos europeus, 100 milhões dos americanos e mais 100 milhões da iniciativa privada. Um banco pesado, que faliu.

LM: Foi depois que o tal banco faliu que o Roberto Campos foi embaixador em Londres, não é?

MCT: Depois, na época do Geisel. Contam muitas histórias sobre o Campos, mas para o nosso propósito são irrelevantes. O fato é que ele partiu da hipótese de que não precisava mais do Banco, pois teria um sistema financeiro novo para financiamento, orquestrado junto com o Bulhões Pedreira. E aí é que foi o erro. E ainda há pouco esse que quer ser ministro de longo prazo voltou com isso.

LM: O Mangabeira Unger?

MCT: Isso! Sabe o que ele declarou? Que não precisava fazer política industrial...

LM: Ele passou por todos os partidos.

MCT: Dessa primeira parte do Banco nem preciso pesquisar muito, pois quase tudo que me interessa está na sua tese,⁵ e está também nas memórias do Campos. São visões opostas. A verdade é que antes de você ninguém tinha escrito sobre o Banco. Você não tem ideia, mas é supostamente o biógrafo do BNDES.

LM: Meu Deus, onde é que eu estava com a cabeça?

MCT: Quando o Marcos Vianna chegou, a dotação do Banco continuava a ser orçamentária. Mais que isso, o Delfim deu um jeito de submeter o BNDE ao Conselho Monetário Nacional, e isto você mostra. Mas você diz que como o Conselho Monetário Nacional tinha representantes dos empresários, o Banco vira privatista. Não é isso. Houve quem cismasse que ia usar o Banco como instrumento da presidência da República, mas às vezes se chocava com uma burocracia que já era autônoma por causa dos concursos, e os outros que não eram concursados.

⁵ MARTINS, Luciano – *Politique et développement économique, Structures de Pouvoir et Systeme de Décisions au Brésil*, Paris, 1973.

LM: Então o conflito era fatal?

MCT: Fatal! Você precisa de um presidente que dê cobertura ao Banco, senão não dá certo. Por que é que o BNDES fez aquele papelão na privataria? Porque o presidente Fernando Henrique mandou! Isto é que a verdade. O Banco fez o que fez, com aqueles meninos engravatados e também sob o comando do Edmar Bacha, que ficou pouquíssimo tempo. Mas toda essa gente foi escolhida pelo presidente. Quem escolheu o Bacha foi o presidente Fernando Henrique. E quem mandou a BNDESPAR fazer os leilões de privatização daquela maneira também foi o Fernando Henrique.

LM: E o Pio Borges, não foi presidente do BNDES?

MCT: Por pouco tempo, e era ligado ao baiano, ao Antônio Carlos Magalhães, que durante a ditadura ganhou muito poder. No tempo do Fernando Henrique foram vários os presidentes do BNDES. Teve o Edmar Bacha, o Mendonça de Barros, o Lara Resende, o Andrea Calabi, o Francisco Gros, o Eleazar de Carvalho Filho, mas foi o Pio Borges que começou a coisa da exportação.

LM: Vou perguntar isso ao Fernando.

MCT: Pode perguntar, e ele vai contar o que bem entender. Pois se o JK lhe disse que só pensou na indústria automobilística por causa de Brasília! Ele não pode ter dito uma coisa dessas, mesmo que já fosse alta madrugada.

LM: Disse textualmente isso, que com Brasília precisava ter estrada, carro e caminhão. Como ele ia deslocar a capital para o centro do país sem ter nenhuma comunicação? Na cabeça dele a mudança para Brasília era fundamental, e tudo girava em torno disso.

MCT – Mas a meta Brasília não criada foi depois das outras?

LM: Imagine se ele entendia de metas, Conceição... Lucas Lopes dava para ele ler, ele achava bom, mas não tinha ideia muito profunda das coisas.

MCT: Mas era um presidente ativo.

LM: Tinha muita sensibilidade e percepção.

MCT: Você se dá conta de que ele era, objetivamente, o presidente do Conselho de Desenvolvimento Econômico? O secretário executivo era o Lucas Lopes, claro! Era quem fazia tudo! E quem fez as metas foi o Lucas Lopes, que fazia dobradinha com o Campos. Este ficou com a parte executiva, mas era o Lucas Lopes o homem político. Quem fez a Usiminas foi o Lucas. Aí ele virou ministro da Fazenda do JK, fez um plano de estabilização e, como era contra a construção de Brasília, acabou caindo. Mas Brasília não tinha nada de aventura, pois

querendo ou não a chamada interiorização do desenvolvimento se deve a ela, e ao *agrobusiness* também, pois assim foi feito o eixo para o Centro-Oeste.

LM: Não tenho nenhuma dúvida sobre o papel importante do Lucas Lopes e do Roberto Campos. O que eu quero dizer é que as metas não saíram da cabeça do Juscelino. Ele tinha uma percepção, um faro político para perceber as coisas, via para que lado ia o vento, e achou uma boa ideia.

MCT: Ele cismou com Brasília, assim como o Geisel cismou de fazer a bomba atômica, ou pelo menos o plano nuclear, e foi na conversa dos alemães.

LM: Brasília mudou muito mais, e teve muito mais consequências.

MCT: Até porque o nuclear não vingou, ora essa!

LM: O Geisel estava convencido, até onde me lembro, de que o Brasil tinha que entrar no compasso de modernização, pois ele achava que o futuro seria nuclear.

MCT: Porque tinha a crise do petróleo e ele percebeu que não ia dar, e que tínhamos de ir para a energia nuclear, como a Europa estava indo. Aí foi à Alemanha... O Geisel e o Vargas de fato presidiram o Brasil. Quanto ao JK, ele acompanhava as metas, sim, para terem o sucesso que tiveram.

LM: Um tocador de obras.

MCT: Isto! De qualquer maneira, e você não está em desacordo, o pior período do Banco foi de 1961 a 1964. Foram duas crises políticas, três com a do Jânio, e a do golpe. De junho de 1963 a julho de 1964, durante um ano, o BNDE não teve presidente. Será muito depois, com o Marcos Vianna que o Banco se firmará de novo. Ele fez uma coisa importante: a reforma. Acabou com esse negócio de superintendente, e estipulou que haveria o presidente e mais cinco diretores, sendo três da casa, para manter o *esprit de corps* e a continuidade. Quando o Mário Henrique Simonsen foi ministro, podia ter ido contra o BNDE, mas não foi. Não o tinha em alta conta, é verdade e deixou o Banco meio de lado. E então o que aconteceu? Quando o Delfim estava no Planejamento, criou o Finsocial e o S do BNDES, para enganar a quem? Porque é obvio que nem mesmo com o Lessa, em 1985, aquele S funcionou. O Banco não tinha estrutura para fazer o S funcionar.

LM: Mas o Delfim pensava em enganar alguém com isso?

MCT: Sim, a opinião pública.

LM: Seria bom vocês fazerem uma pesquisa na imprensa da época. Tenho impressão de que não houve nenhuma repercussão com a inclusão do S.

MCT: Não! Eu estava afastada do BNDES quando isso aconteceu, mas estava acompanhando o Delfim, porque era sobre ele que eu escrevia, sobre todas as maluquices que ele fez com a pré-fixação, a pós-fixação. Ele disse mais ou menos assim: “Vamos criar o Finsocial porque é evidente que o desenvolvimento desta década foi muito bom do ponto de vista industrial, da indústria pesada, mas o social não vai bem, temos que cuidar. Então está criado o Finsocial com a participação do BNDES”. E era o sujeito que tinha falado que era preciso crescer o bolo para depois distribuir!

LM: Você está dando muita importância a isso, que não tem a menor importância.

MCT: Não foi a pedido do Banco, porque a velha guarda não sabia o que fazer com o S.

LM: E também não o sabe hoje.

MCT: O primeiro diretor do S foi o Carlos Lessa, já na Nova República. Bem, o Lessa fez uns 400 projetos para o S, só que era um em cada prefeitura. Problema difícil de resolver. O Lessa se matou durante uns dois anos fazendo projetos.

LM: Em que consistiam os projetos?

MCT: Ele vivia em reunião com os prefeitos. Faltava uma bica de água, fazia a bica de água; faltava sanear uma favela, ele dava dinheiro para sanear a favela. Foi o primeiro que tocou o S para valer! Os outros não sabiam o que fazer. O Lessa viajou pelo Brasil inteiro para se reunir com prefeitos. Mas a minha tese é a seguinte, independente da retórica, e de você ser nacionalista ou não, de direita ou esquerda, o que funciona mesmo para a articulação de projetos de desenvolvimento é o tal do tripé: o Estado – alguma estatal é importante –, um conjunto de multinacionais.